

## **A OCUPAÇÃO IRREGULAR DA BACIA DO ARROIO DA RONDA, EM PONTA GROSSA – PR, COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NAS SUAS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS**

**Lucas Bonatelli Malho - UEPG**  
lucasuepg@yahoo.com.br

**Márcia Regina Maliski - UEPG**  
marcia.castilho@gmail.com

**Rodrigo Rocha Monteiro - UEPG**  
tkdkiller2002@yahoo.com.br

**Vanessa de Almeida Camargo - UEPG**  
vana\_camargo303@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho visa a análise da ocupação irregular da bacia do Arroio da Ronda como fator de influência nas características ambientais da região. Para desenvolvimento do trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas junto a bibliotecas e órgãos municipais. Foram realizadas também algumas saídas de campo para a área estudada, além de conversas com moradores que residem na região.

No primeiro capítulo, segue uma caracterização física do município de ponta grossa. Serão tratados assuntos como Geologia, Geomorfologia, Vegetação, Clima, etc. No segundo capítulo, abordaremos a questão da urbanização e da degradação ambiental, estudando o caso da cidade de Ponta Grossa. Já no terceiro capítulo, trataremos propriamente das características da ocupação irregular do Arroio da Ronda.

### **1 - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO - FÍSICO DA CIDADE DE PONTA GROSSA**

A cidade de Ponta Grossa está situada no segundo Planalto Paranaense, que é sustentado pelas unidades sedimentares paleozóicas da Bacia do Paraná com intrusivas básicas mesozóicas associadas. As unidades geológicas mais antigas que aparecem no espaço urbano de Ponta Grossa são as formações furnas e Ponta Grossa, a base do grupo Itararé, soleiras diques de diabásico relacionados com o Magmatismo Serra Geral e as coberturas sedimentares quaternárias. Sua topografia é muito acentuada e apresenta características singulares, pois há presença de uma soleira de diabásio e pôr uma fossa tectônica (graben) estrutural. A soleira de diabásio, corta a cidade na direção NW - SE sendo responsável pela elevação central da cidade, o chamado morro da Catedral. Para Ditzel e Lowen Sahr (2001) o centro da cidade situa-se num alto topográfico de onde diverge rede de drenagem radial, formadas pôr arroios tributários dos rios Tibagi, Verde e Pitanguí. As estruturas rúpteis controlam a extensão das unidades do substrato rochoso e exercem importante controle morfoestrutural na configuração e assimetria dos vales e no traçado das drenagens da cidade. Os arroios têm sua cabeceiras nas áreas mais próximas ao centro urbano, aparecendo em

encostas íngremes e talvegues encaixados. Essas áreas apesar dos riscos de acidentes, constituem alternativa atraente para a ocupação urbana, freqüentemente irregular. Segundo Ditzel e Lowen Sahr (2001), nas últimas décadas, tem se observado uma expansão urbana acelerada, com a ocupação de terrenos íngremes, nas cabeceiras dos arroios e de áreas inundáveis em suas planícies aluviais ambas sujeitas a ocorrência de processos erosivos importantes, acelerados pela ocupação irregular. Sobre esses processos erosivos pode ser observado quatro tipos principais: escorregamento, boçorocas, solapamento de margens aluviais seguidas de desmoronamento e erosões subterrâneas remontantes e colapsos associados. Sua Geomorfologia é caracterizada pôr presença de colinas amplas, com perfis convexos, além da presença de intrusões concordantes de diabásio originando o alto topográfico do centro da cidade. Sua cabeceiras de drenagens são constituídas pôr encostas íngremes que ultrapassam 30% de declividade, porém seus arroios atingem um perfil muito suave caracterizando sua hidrografia. Seus tipos de solos seguem a seguinte relação com a topografia aparecendo; latossolos, cambissolos, solos hidromórficos, solos litólicos arenosos e até solos com textura areno-argilosa. A vegetação da cidade é representada predominantemente pôr campos limpos, com áreas de gramíneas, com arbustos isolados ou em grupos, a também a presença das florestas, ou capões além da araucária, capoeiras e campos.

## **2 – URBANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DE PONTA GROSSA – PR**

O século XIX presenciou um surto no surgimento de novas vilas e cidades. No Brasil, este aumento no numero de cidades e o crescimento das já existentes foi observado tanto nas capitais quanto no interior do país. Estas foram formadas a partir do avanço da mentalidade de integração nacional dentro de um modelo único de produção, o Capitalismo. Sendo assim, elas começaram a crescer e a expandir seus limites da área urbana não conseguindo garantir uma qualidade de vida a seus moradores. A discussão central deste capítulo é a análise de como o crescimento desordenado do meio urbano brasileiro culminou na disseminação dos problemas sociais encontrados e como estes acabam por interferir nas qualidades ambientais naturais do local.

Foi a partir da Segunda metade do século XIX que o processo de urbanização no Brasil se acentuou. Com o advento da Industrialização, as atenções se voltaram principalmente para as cidades, haja vista que as industrias são atividades desenvolvidas no meio urbano. O campo passou a ser um local de repulsa de população, pois estas migravam para as cidades, onde visavam encontrar um melhor padrão de vida.

O que se viu em seguida foi um enorme êxodo rural, causando um aumento estrondoso na população das cidades brasileira. Mas nem todo este contingente de pessoas foi absorvido no mercado de trabalho, gerando uma massa enorme de desempregados e subempregados. Esta situação, haja vista a sua rapidez e intensidade, culminou no inchaço urbano das cidades grandes e médias que não foi acompanhado de uma igual expansão da infra-estrutura, gerando assim problemas urbanos como favela, cortiços e loteamentos ilegais.

Em decorrência dessa nova realidade brasileira, estabeleceu-se áreas ilegais dentro do espaço urbano. A consolidação das relações capitalistas de trabalho, quando o trabalhador teve que negociar no mercado de trabalho a sua moradia, acabou gerando no interior de cada cidade a existência de duas cidades: a legal e a ilegal. (SANCHES ROSS, 2001). No caso em questão, trata-se de espaços como favelas, cortiços e loteamentos ilegais, bem como áreas de comércio ambulantes.

Como se não estivessem atentos as novas realidades, os órgãos planejadores destes municípios carecem de uma visão de política social. Esta população tem sido ignorada e nada tem sido feito para melhorar suas condições de vida. Os planejadores, até então tecnocráticos, visavam um planejamento da cidade centrado naqueles que detêm o capital. Os cursos de formação de profissionais que planejam as cidades permanecem com seus currículos praticamente inalterados em sua estrutura, a margem das mudanças sociais, como se ignorassem que este é um país de Terceiro Mundo cuja população esta maciçamente concentrada nas áreas urbanas (SÁ, 1991).

Ponta Grossa, situada na região dos Campos Gerais do estado do Paraná, também sofreu muito com esta nova realidade. É bem expressivo dentro do urbano pontagrossense que as camadas mais pobres da população foram pressionadas e marginalizadas evidenciando que o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 2004).

A Evolução da população da cidade pode ser mais bem exemplificada pela tabela com os dados de 1940 a 2000 (Tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da População Urbana de Ponta Grossa – 1940 – 2000

ANO	POPULAÇÃO URBANA (Nº)	CRESCIMENTO ANUAL (%)
1940	29.360	
1950	42.875	3,9
1960	77.803	6,1
1970*	112.253	3,7
1980	171.181	4,3
1991	219.555	2,5
2000	266.552	2,4

\* incluída parte da população urbana do Distrito de PiriQUITOS que atualmente pertence à área urbana do Distrito-Sede de Ponta Grossa.

FONTE: MELLO DITZEL E LÖWEN SAHR (2001)

Com este aumento significativo da população da cidade, principalmente a partir da década de 80, começam disseminar as formas ilegais de ocupação do espaço. Aqueles que não conseguem pagar por moradias legais dentro do espaço urbano, acabam indo ocupar áreas risco que no caso de Ponta Grossa, compreendem as areias nas margens dos arroios dentro da área da cidade.

Ponta Grossa é a cidade com um maior número de favelas do interior do Paraná. Estas favelas encontradas nas margens desses arroios colaboram com o processo de degradação destas áreas. Nota-se que a qualidade ambiental dessas áreas já está bastante comprometida. Em saída de campo para essas áreas, foi possível notar que a mata ciliar já está praticamente acabada ou comprometida com resíduos provenientes das casas nas margens dos arroios. No caso específico da Micro-bacia do arroio da Ronda, apesar da água não ter sido analisada para quantificar o índice de contaminação, esta é facilmente identificável visualmente (PMPG, 2000). O mau cheiro também é bastante característico, o que faz com que muitos moradores não saibam da existência de um arroio, e sim de um “esgoto” a céu aberto.

Esta realidade encontrada no município de Ponta Grossa é única e interfere no meio ambiente da região. A exclusão social gerada pela falta de um planejamento urbano que atendesse as necessidades de expansão da qualidade de vida para além daquele que por ela podem pagar, gerou essa situação de irregularidade e degradação ambiental.

### **3 - OCUPAÇÃO IRREGULAR NO ARROIO DA RONDA**

O objeto do presente estudo é a bacia hidrográfica do arroio da Ronda, localizada no município de Ponta Grossa, sendo este arroio um dos afluentes do rio Tibagi. Esta bacia, em conjunto com as bacias hidrográficas dos arroios de Olarias, Pilão de Pedra, Lageado Grande, Gertrudes, rio Verde e Cará-cará, constituem o perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa (PMPG., 2002).

A ocupação do bairro da Ronda confunde-se com a história do município de Ponta Grossa. Era no bairro da Ronda que as caravanas dos tropeiros estacionavam, dando origem ao nome do bairro, devido à vigilância noturna dos integrantes das tropas.

A primeira citação oficial da região ocorre no documento, onde Domingos Ferreira Pinto e sua esposa, doam o rincão da Ronda à paróquia de Santana, no ano de 1830. Esta doação foi contestada, em 1865, pela Câmara Municipal, que considerava a área patrimônio municipal, originando um processo judicial da paróquia contra o município, que só foi resolvido em 1948 (Diocese de Ponta Grossa, 1976).

A ocupação da área inicia no começo do século XX, quando a Prefeitura Municipal loteia uma parte do rincão da Ronda e doa estes lotes a imigrantes europeus. O bairro passou épocas de desenvolvimento acentuado, ora estagnado.

O atual surto de desenvolvimento iniciou-se na década de 70, quando diversas instituições (CREA, SESI, SENAC) instalaram-se no bairro. Com a construção da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal e o prolongamento da avenida Visconde de Taunay até a avenida Presidente Kennedy, o processo de ocupação da área intensificou-se (PMPG, 2000).

Com esse surto de desenvolvimento visto no bairro da Ronda observa-se o crescimento contínuo de ocupações irregulares na área. Isto significa que uma parte considerável da população – aquela que não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano – acaba indo morar em lugares nos quais, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram: áreas de

propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc (MELLO DITZEL e LÖWEN SAHR, 2001). A ocupação ilegal do solo urbano e a formação de favelas não se restringem às grandes metrópoles. As favelas não são um fenômeno recente, pois as primeiras surgiram em Ponta Grossa já na década de cinquenta. Nas décadas seguintes o crescimento intensificou-se passando a população favelada de 0,8% da população urbana em 1960 para 1,9% em 1970, 6,3% em 1980 e 14% em 1991 (LÖWEN; MELLO 1993, p.8; LÖWEN, 1998, P.188 s).

Pode-se atribuir o crescimento do fenômeno das ocupações irregulares a diversos processos, bem com a conjugação deles. São os processos mais gerais, como êxodo rural, o empobrecimento da população, ou aqueles mais ligados a fatores internos da cidade, como o crescimento urbano especulativo e a segregação espacial. O crescimento do fenômeno caracteriza-se tanto pelo surgimento de novas favelas, quanto, e principalmente, pelo aumento de barracos nas favelas mais antigas (MELLO DITZEL e LÖWEN SAHR, 2001).

As ocupações irregulares ocorrem principalmente nas áreas que em virtude de suas características físicas, não poderiam ser utilizadas sem obras complementares de infra-estruturas (terrenos com alta declividade, áreas com risco de inundação etc.); em áreas de proteção ambiental (margens de córregos, reservas verdes etc.); em áreas previstas para uso coletivo (praças, escolas, etc.) e em áreas de alto risco para a função de moradia (margem de estradas de ferro e rodovias).

A localização das favelas na cidade de Ponta Grossa é fortemente influenciada pela topografia da área urbana. Dentre os locais utilizados pelos favelados no espaço urbano de Ponta Grossa, os fundos de vale são os que se sobressaem. A ocupação desses locais não ocorre por acaso, porque para os favelados significam uma relativa segurança por, via de regra, pertencerem ao poder público municipal que representa uma menos ameaça de expulsão do que os proprietários particulares (MELLO DITZEL e LÖWEN SAHR, 2001).

Observa-se que para o poder público esta localização nos fundos de vales também apresenta vantagens, sobretudo para a imagem da cidade e conseqüentemente para a imagem do governo local, pois como a administração municipal não dispõe de solução abrangente para o problema da moradia, deixar que se ocupem os vales resolve a situação emergencial e, ao mesmo tempo, esconde o problema.

O que ocorre no bairro da Ronda é exatamente este processo de exclusão. A cidade de Ponta Grossa cresceu aceleradamente nos últimos anos e a falta de infra-estrutura levou a uma grande parcela da população a se instalarem às margens do arroio da Ronda. Este contudo, se encontra muito poluído e sofre visivelmente com a presença desta população. Segundo CORRÊA (2004) é na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independente e a despeito dos agentes.

As ações do poder público têm se restringido e alternado entre remoções e urbanizações localizadas, não existindo por parte do poder público nenhuma estratégia geral e continuada. A ausência de uma política mais abrangente para as favelas levou LÖWEN e MELLO (1993) a elaborarem uma proposta

concreta de regularização fundiária para o espaço urbano de Ponta Grossa (MELLO DITZEL e LÖWEN SAHR, 2001).

As favelas também se constituem em uma forma de expansão para Ponta Grossa, convivendo lado a lado com a cidade “não oficial”. O morar em favelas representa para a população de baixa renda, muitas vezes, a oportunidade de morar próximo a áreas bem servidas de infra-estrutura e equipamentos públicos, ao local de trabalho etc. No entanto, significa também, via de regra conviver com uma vizinhança com padrão bastante superior e sofrer, constantemente, pressões para deixar o lugar.

## CONCLUSÃO

A bacia do Arroio da Ronda encontra-se, em sua maior parte, dentro dos limites da área urbana do município de Ponta Grossa. Esta é uma cidade que contou com um crescimento rápido e desordenado, que não foi acompanhado de uma expansão de infra-estruturas urbanas necessárias para uma boa qualidade de vida. Esta posição do arroio da ronda, concomitantemente com a realidade da cidade, atribui-lhe a característica de ser ocupada por uma população de baixa renda que foi marginalizada nos processos de planejamento urbano na cidade.

Decorrente disso, o meio ambiente natural que existia nas margens desse arroio tem sofrido muito. Como resultado, é possível observar problemas ambientais como degradação da mata ciliar, poluição das águas e mau-cheiro. Grande parte das pessoas que residem carecem de uma conscientização ambiental que lhes dêem suporte para a preservação da área.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

LÖWEN, C. L. ; MELLO, P. H. (organização). **Regularização fundiária**. Uma proposta para o espaço urbano de Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 1993. (Relatório Interno).

MELLO DITZEL, C. H. ; LÖWEN SAHR, C. L. **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA (PMPG). **Secretaria de Turismo e Meio Ambiente**. Ponta Grossa. 2000.

SÁ, C. (organização). **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: IBRASA, 1991.

SANCHES ROSS, J. L. (organização). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.